



CPI prova com documentos do TCU que deputado cometeu irregularidades quando era ministro

Liberação de verbas compromete Fiúza

BRASÍLIA — Mais municiados com informações do que no primeiro depoimento, os membros da CPI da máfia do Orçamento deixaram ontem o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) numa situação bem delicada, durante seu segundo depoimento. Com documentos e relatórios do Tribunal de Contas da União, os parlamentares provaram que Fiúza cometeu várias irregularidades na liberação de verbas de subvenção social. Das 76 entidades favorecidas investigadas pelo TCU, 75 apresentaram irregularidades graves.

Muito nervoso, o ex-ministro da Ação Social tentou contestar os documentos, dizendo que a CPI poderia cassá-lo se comprovasse que tinha praticado irregularidades ou beneficiado entidades ou prefeituras ligadas aos "anões" da Comissão de Orçamento. Nos oito meses em que esteve no Ministério, Fiúza disse que nunca liberou recursos para entidades inadimplentes ou com prestações de contas irregulares. Mas esse argumento foi derrubado em seguida.

— Se tiver um caso em que o ministro teve complacência ou transigência, cassem o meu mandato, seqüestrem meus bens e me levem à execração pública — desafiou Fiúza.

Logo em seguida, o deputado Luís Máximo (PSDB-SP) mostrou um relatório do TCU provando que o ex-ministro tinha liberado verbas de subvenção para quatro prefeituras de Sergipe que estavam inadimplentes e com prestação de contas pendentes no Ministério da Ação Social.

— Não vou dizer que o senhor



Gustavo Miranda

■ *Não aceito ser inquirido por colegas travestidos de delegados*

■ *Se tiverem alguma coisa contra mim, me algemem e me prendam*

■ *Provarei a lisura da minha gestão. Se houve erros, foram de boa fé*

Ricardo Fiúza

está faltando com a verdade, mas o relatório do TCU mostra que houve uma ordem bancária que contemplou quatro prefeituras incluídas no relatório da Coordenação de Orçamento e Finanças, do seu Ministério, como inadimplentes — revelou Máximo, deixando Fiúza desconcertado.

No início, Fiúza tentou desqualificar o relatório do TCU, dizendo que eram relatórios par-

ciais, e que existiria um outro relatório geral do tribunal, invalidando os primeiros. Depois de Luís Máximo, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) voltou ao assunto, explicando que no dia 13 de setembro de 1992 a Coordenação de Orçamento e Finanças do Ministério deu parecer contrário à liberação das verbas para as prefeituras, mas apenas seis dias depois o dinheiro foi liberado por Fiúza.

— O parecer dizia que as prestações de contas estavam pendentes. Mas o interessado corrigiu a pendência e recebeu o dinheiro — argumentou Fiúza.

— Mas em apenas seis dias? — indagou Jandira.

— Poderia ter corrigido em apenas um. Precisamos ver se esses relatórios contêm erros. A CPI detectará se houve erros do ministro. Se tiver, que me culpe.